

APRESENTADO EM

22 ABR 2020

Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Porto Nacional
Procuradoria Geral do Município

APROVADO EM 1ª VOTAÇÃO

29 ABR 2020

MENSAGEM Nº 045/2020

Porto Nacional - TO, em 17 de abril de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
JOAQUIM DE LUZIMANGUES
Presidente da Câmara Municipal
Porto Nacional - TO

APROVADO EM 2ª E
ULTIMA VOTAÇÃO

19 MAI 2020

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Projeto de Lei Ordinária nº 042/2020, que
**"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.200/2014 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, para apreciação dos Doutos Vereadores.

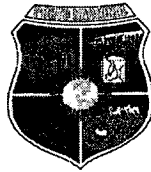
No ano de 2013, quando o Projeto de Lei foi encaminhado a esta Augusta Casa de Lei, o Executivo da época não tomou as cautelas e medidas necessárias no cumprimento do procedimento legal isto porque, em obediência a Lei Orgânica Municipal, mais precisamente o artigo 134, teria que ter realizado plebiscito, ouvindo a comunidade portuense. Vejamos:

"Art. 134 - O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei municipal, após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação estadual e os requisitos estabelecidos nesta Lei Orgânica."

Além disso, o parágrafo primeiro do mesmo artigo (Art. 134) traz requisito necessário a implantação do distrito. Vejamos:

"§1º O Município não criará Distrito cuja população, eleitorado e arrecadação sejam inferior à quinta parte da exigida para a criação de Municípios, comprovado o atendimento a estas exigências mínimas, pelo mesmo modo ou equivalentes àquela estabelecidos para a criação de Municípios."

Há neste caso, uma vedação a criação de distritos de forma meramente ao interesse do Poder Executivo, havendo a necessidade de respeitar requisitos mínimos. Neste caso, não foi observado à necessidade de existência de pelo menos a quinta parte do eleitorado e também o requisito de pelo menos a quinta parte da arrecadação municipal.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
Procuradoria Geral do Município

Deste modo, o artigo segundo da Lei Municipal nº 2.200/2014 mostra-se contrario a Lei Orgânica, e não poderia ter sido aprovado da forma apresentada por não respeitar os requisitos legais.

Por fim, o Supremo Tribunal Federal emitiu no ano de 2011 a súmula 473, com a seguintes redação:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

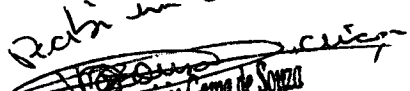
Frente a essa ilegalidade, que torna nulo o citado artigo 2º, por respeito à legalidade processual legislativa, é imperioso o envio deste Projeto.

Deste modo, Excelentíssimos Vereadores, achamos por bem, rever o ato administrativo, e revogar o artigo 2º da Lei Municipal nº 2.200/2014, motivo pelo qual encaminhamos a esta Casa de Lei, o presente Projeto de Lei, requerendo sua tramitação e aprovação.

Solicito, portanto, a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores que apreciem a matéria em questão, acolhendo a propositura diante do interesse da administração pública.

Respeitosamente,


JOAQUIM MAIA
Prefeito Municipal

Recebido em 20/04/2020

Maria da Conceição Gomes de Souza
Secretária Geral



**ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

PROJETO DE LEI N.º 042, DE 17 DE ABRIL DE 2020.

**"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO ARTIGO
2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.200/2014 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, nos usos das
atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,**

Faço saber que:

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL aprovou e eu sanciono a
seguinte Lei:**

Artigo 1º - Fica revogado o artigo 2º da Lei Municipal nº 2.200, de 17 de
abril de 2014, por falta dos requisitos legais constantes no artigo 134 da Lei Orgânica
Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação,
revogando as disposições em contrário.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos dois catorze
do mês de abril de 2020.**


JOAQUIM MAIA
Prefeito Municipal



Revisão 20/05/20
Autógrafo - :

Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Porto Nacional
Av. Murilo Braga nº 1847 – Centro, Fone: (63) 3363-7296

Autógrafo de Lei nº 009/2020

Projeto de Lei nº. 042/2020

Lei nº 2.467/2020

Data: 23/05/2020

**“DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO ARTIGO 2º
DA LEI MUNICIPAL Nº 2.200/2014 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, nos usos das atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que:

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica revogado o Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.200, de 17 de Abril de 2014, por falta dos requisitos legais constantes no Artigo 134 da Lei Orgânica Municipal.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

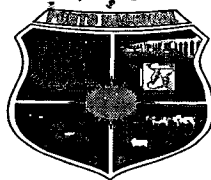
Palácio XIII de Julho, Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto Nacional- TO, aos 20 dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte.


Ver. Joaquim P. de C. Neto (Joaquim do Luzimangues)

- Presidente -


Ver. Cláudio Masearenhas Tavares

- 1º Secretário -



Poder Legislativo
Câmara Municipal de Porto Nacional – TO
Av. Murilo Braga nº. 1847, Centro / Fone: (63) 3363 – 7296.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Matéria: Projeto de Lei nº 042/2020

Autoria: Poder Executivo

Ementa: “DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.200/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

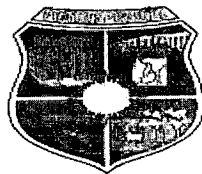
O Parecer: A Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Porto Nacional, após analisar o **Projeto de Lei nº 0420/2020**, constatou-se que o referido Projeto é Constitucional.

Palácio XIII de Julho, Sala das Comissões, aos 23 dias do mês de Abril de 2020.


Ver. Emivaldo P. de Souza (Miúdo)
-Presidente -


Ver. Charles R. de Souza
- Relator -


Ver. Geylson Neres Gomes
- Vogal -



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS**

PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 042/2020

“Dispõe sobre revogação do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.200/2014 e da outras providências”

Em cumprimento ao requerimento da **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL/TO**, representado pelo Presidente Sr. **JOAQUIM PEREIRA DE CARVALHO NETO**, no qual requisita orientação sobre o projeto de lei nº 042/2020, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, emitimos o seguinte parecer técnico.

DA CONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI:

A Lei Orgânica do Município tem determinações próprias e específicas para a criação de distritos, estando devidamente descrito no artigo 134 da Lei Orgânica Municipal:

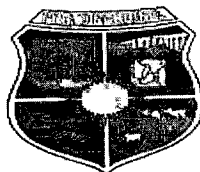
“Art. 134 - O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei municipal, após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação estadual e os requisitos estabelecidos nesta Lei Orgânica.”

Neste caso, é evidente a necessidade do Poder Executivo, antes de encaminhar o Projeto de Lei, realizar uma consulta pública (plebiscito), fato que infelizmente não ocorreu.

Deste modo, a lei tornou-se ilegal, pois fere o artigo 134 da Lei Orgânica Municipal.

Já o parágrafo primeiro do mesmo artigo (Art. 134) traz requisito necessário a implantação do distrito. Vejamos:

“§1º O Município não criará Distrito cuja população, eleitorado e arrecadação sejam inferior à quinta parte da exigida para a criação de



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
ESTADO DO TOCANTINS

Municípios, comprovado o atendimento a estas exigências mínimas, pelo mesmo modo ou equivalentes àquela estabelecidos para a criação de Municípios.”

Há vedação a criação de distritos de forma meramente ao interesse do poder executivo, sendo imprescindível o cumprimento dos requisitos mínimos.

DA POSSIBILIDADE DO PODER PÚBLICO REVER SEUS ATOS QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS:

O Supremo Tribunal Federal emitiu no ano de 2011 a súmula 473, com a seguintes redação:

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Neste caso, tanto o Poder Executivo, quanto o Legislativo, quando notar que um ato possui vícios, seja em sua forma ou procedimento, deve revê-los, de modo a manter a legalidade dos atos.

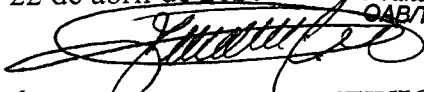
RELATÓRIO FINAL:

Ante o exposto, verificando o caso em tela, não há inconstitucionalidade ou ilegalidade no projeto de lei, não há abusos por parte do Poder Executivo ao propor tal projeto, e por fim, temos que o projeto de lei resultará na revisão de um ato normativo nulo, portanto desde já **OPINO FAVORAVEL** ao projeto e oriento pela deliberação em plenário do projeto de Lei nº 042/2020.

Este é o nosso parecer!

Porto Nacional, 22 de abril de 2020.

José Cândido Dutra Junior
OAB/TO Nº 4.959-A


JOSÉ CÂNDIDO DUTRA JUNIOR
OAB/TO 4.959-A